



Câmara dos Deputados

PL 6.752/2016

Autor: Senado Federal - Comissão Especial do Extrateto

Data da Apresentação: 15/12/2016

Ementa: Altera o art. 10 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para considerar ato de improbidade a autorização de pagamento de verbas remuneratórias acima do teto constitucional.

Forma de Avaliação: Proposição Sujeita à Avaliação do Plenário

Texto Despacho: Às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD)
Proposição Sujeita à Avaliação do Plenário
Regime de Tramitação: Prioridade (Art. 151, II, RICD)

Regime de tramitação: Prioridade (Art. 151, II, RICD)

Em 04/01/2017